

ATA N.º 012 – 2021/2025 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DA PÓVOA DE VARZIM, BEIRIZ E ARGIVAI, DE 29 DE ABRIL DE 2024. -----

Aos vinte e nove dias do mês de abril, do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, reuniu, na delegação Norte, a Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, em sessão ordinária, presidida pela Presidente da Assembleia, Sandra Maria Araújo de Amorim, secretariada por Cátia Daniela Azevedo Maia Laúndos e Joaquim Oliveira Carvalho. Verificadas as presenças, constatou-se estarem presentes dezanove membros: Sandra Maria Araújo de Amorim -----
Ana Paula Valadas Nunes Correia -----
Cátia Daniela Azevedo Maia Laúndos -----
Cláudio Miguel Lima da Fonte -----
Diana Isabel Almeida Carvalho -----
Joaquim Oliveira Carvalho -----
José Antonino Monteiro da Silva Cadeia -----
José Armando de Eça Guimarães de Oliveira Félix -----
José Pedro da Silva Carvalho -----
José Carlos Costa Oliveira Sá -----
Maria de Fátima Torres Alves -----
Mário Jorge Ferreira Fernandes -----
Mário Pontes Lima -----
Miguel Ângelo Marques Nascimento -----
Miguel Ângelo Oliveira Marques -----
Octávio Arlindo Rodrigues da Mata -----
Pedro Miguel Faria de Andrade -----
Pedro Rui Fernandes Ortiga Carneiro -----
Teresa Alexandra Pinto -----

Estiveram presentes os seguintes elementos do Executivo: -----
José Ricardo dos Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Amadeu Matias da Silva, Secretário, Estevão Marcos dos Santos Lima Guerra Liberal, Tesoureiro, e os vogais Maria Alice Pereira Ribeiro, Olíndina de Jesus Pereira Novo, Bruno Emanuel Oliveira Novo e Carla Isabel Marques Pinheiro. -----
Secretariou a sessão a Coordenadora Técnica Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva, funcionária designada para lavrar as atas das sessões da Assembleia de Freguesia. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Mesa da Assembleia, apresentou respeitosos cumprimentos aos digníssimos membros da Assembleia, ao digníssimo Presidente da Junta e elementos do seu Executivo, aos representantes da comunicação social e ao público presente. -----
Verificadas as comparências através da assinatura da folha de presenças que constará como anexo n.º 1 a esta ata e confirmada a existência de quórum, informou que a convocatória foi efetuada nos termos da lei e mencionou a substituição de um membro, cuja falta, por motivo de doença, foi participada previamente à Mesa e que será devidamente justificada: Teresa Marques Maio, do PS, é substituída por Pedro Rui Fernandes Ortiga Carneiro. Informou que os membros Cláudio Fonte, do PSD, e José Carlos Sá, do PS, comunicaram que, por razões profissionais, chagarão após a hora de início da sessão. -----



A Presidente registou a entrada de um novo membro para a Assembleia, o qual toma posse nesta sessão: José Pedro da Silva Carvalho, da Iniciativa Liberal. Foi já devidamente verificada a sua identidade e legitimidade. Leu o pedido de substituição por renúncia ao mandato, devido a motivos pessoais e profissionais, de Filipe Fernandes Vital e Silva, documento esse que constará como anexo à ata desta sessão. Deu as boas-vindas ao novo membro, ficando assim recomposta a Assembleia de Freguesia. -----

A Presidente deu a palavra a Joaquim Oliveira Carvalho que, após cumprimentar todos os presentes, leu o Edital. -----

A Ordem de Trabalhos da Convocatória foi a seguinte: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM - Informações da Presidente da Assembleia. -----

PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO TRÊS - Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de 12.12.2023. -----

PONTO QUATRO - Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da União das Freguesias, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013. -----

PONTO CINCO - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023. -----

PONTO SEIS - Apreciação do Inventário de bens da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

PONTO SETE - Apreciação e votação de proposta de Regulamento da Feira do Produto Local e Artesanal. -----

PONTO OITO - Apreciação e votação de proposta de Adenda ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas para 2024. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO UM - Informações da Presidente da Assembleia. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim deu conhecimento da correspondência que lhe foi endereçada na qualidade de Presidente da Assembleia, nomeadamente os seguintes convites para as iniciativas promovidas: -----

Pelo Município, no âmbito das "Comemorações dos 50 anos de elevação da Póvoa a Cidade"; pela Junta de Freguesia; pelos Leões da Lapa. -----

Correspondência enviada e recebida pela Mesa: nada a referir, para além dos mencionados pedidos de substituição e justificação de falta. -----

PONTO DOIS - Intervenções de carácter geral. -----

A **Presidente da Assembleia** lembrou que este ponto não deverá ultrapassar os 60 minutos, tal como previsto no *Regimento da Assembleia*. Fez um apelo para que sejam evitados os diálogos e conversas paralelas e desejou que a sessão decorra num ambiente saudável, de debate construtivo pautado pelo respeito mútuo e espírito democrático. Abriu o espaço para as intervenções, procedendo às inscrições dos membros: -----

Pedro Miguel Faria de Andrade, da CDU, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e apresentou a **MOÇÃO DE SAUDAÇÃO** que se transcreve: -----

"Nos 50 anos da Revolução -----

Comemorar Abril, afirmar e valorizar o poder local democrático. -----

O 25 de Abril foi uma revolução libertadora que devolveu a democracia ao povo português e uma explosão de liberdade, é certo, mas que não perduraria se, de

SA
J

imediatos nuns casos, noutros a breve trecho, não imprimisse em todos os demais aspetos da vida a marca que lhe garantiu e garante sustentação. -----

Às operações programadas e depois executadas na madrugada pelos Capitães de Abril e que desarmaram o regime opressor, associaram-se de manhã ruas e praças de gente, povo que ali e então se sentiu verdadeiramente cidadão, com o poder efetivo de mudar o rumo do seu país -----

E, gritando, o povo exprimiu livremente o que pensava. -----

Liberdade de pensamento e de expressão sim, mas também luta pela paz, por pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos. Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, mas sempre em confronto com as ideias e as práticas do passado. O que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão. Por mais que seja reescrito, 0 25 de abril foi uma revolução, não uma evolução ou transição entre regimes. -----

Comemorar abril, é assinalar e afirmar o Poder Local democrático como uma das suas maiores conquistas. Foi pela ação transformadora do 25 de Abril que o aparelho do antigo regime de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República. Comemorar abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos. -----

Comemorar abril é devolver-nos as freguesias liquidadas contra a nossa vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam. -----

A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, delibera assim: -----

Saudar o 50.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam; ---
Reafirmar o espírito de serviço público que há 50 anos animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local; -----

Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização; -----

Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas". -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a MOÇÃO DE SAUDAÇÃO apresentado pela CDU em aceitação e foi aceite por unanimidade. Ninguém quis intervir. Colocada em votação, foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

José Antonino Monteiro da Silva Cadeia, do BE, no uso da palavra, após cumprimentar os presentes apresentou o VOTO DE SAUDAÇÃO que se transcreve: "Voto de saudação ao 1º de Maio, dia do trabalhador -----

Em Portugal, o Dia do Trabalhador foi assinalado pela primeira vez em 1890. Após a Implantação da República, diversos concelhos declaram o dia 1 de Maio, dia feriado. Todavia, o dia do Trabalhador só foi declarado feriado nacional após a revolução de 25 de Abril de '74. -----

O primeiro Dia do Trabalhador celebrado livre e nacionalmente foi o de 1974, uma explosão de democracia que juntou milhares de pessoas em diversas

idades do país e que marcou o início de uma conquista de direitos até aí negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, à educação, à habitação, o direito ao trabalho e ao salário, o direito a férias e a subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e a instituição, pela primeira vez, do salário mínimo nacional no valor de 3.300\$00 (16,50€). Foi também após esta data que se consagrou o direito à greve, à contratação coletiva e à organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as Comissões de Trabalhadores. -----

As conquistas de Abril não são dados adquiridos como a realidade infelizmente nos lembra todos os dias. A precariedade ramifica-se em múltiplas e engenhosas versões, seja com recibos verdes, empresas de trabalho temporário, subcontratação, trabalho não declarado, bolsas, estágios ou contratos de emprego inserção. -----

Celebrar o 1º de Maio é lembrar as muitas conquistas obtidas com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, mas também lembrar o tanto que já foi retirado e o tanto que há ainda a conquistar. -----

Assim, a Assembleia da União de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, reunida a 29 de abril de 2024, ao abrigo do artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 3.º, n.º 3 da Lei I-A/2020, de 19 de março, delibera: -----

- 1) Saudar o dia 1º de Maio, Dia do Trabalhador e trabalhadora. -----
- 2) Saudar as trabalhadoras e os trabalhadores das nossas freguesias; -----
- 3) Saudar os trabalhadores e trabalhadoras que se encontram sujeitos a maior vulnerabilidade e exploração laboral por serem pessoas migrantes, refugiadas, negras, mestiças, ciganas, por terem uma deficiência ou por serem lésbicas, gays, bissexuais ou transexuais. -----
- 4) Saudar as mulheres trabalhadoras e a luta pela igualdade numa sociedade machista e patriarcal continua a impor-nos uma dupla e tripla jornada de trabalho, acumulando o trabalho com os cuidados da casa e da família. -----
- 5) Saudar a coragem de todas as pessoas que lutam contra a precariedade laboral, pela dignidade no trabalho, por direitos laborais, pela defesa da democracia, do progresso social, do emprego, dos salários e das pensões.” -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou o VOTO DE SAUDAÇÃO apresentado pelo BE em aceitação e foi aceite por unanimidade. Ninguém quis intervir. Colocado em votação, foi REPROVADO por MAIORIA, com 11 votos contra, do PSD, e 7 votos a favor, do PS, CDU, IL, CHEGA e BE. -----

Mário Pontes Lima, do CHEGA, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “RECOMENDAÇÃO - Antecipação do Pagamento aos Membros das Mesas de Voto nas Eleições Europeias e futuras. As eleições são eventos fundamentais para a democracia e exigem a colaboração de membros dedicados nas mesas de voto para garantir a integridade e o bom funcionamento do processo eleitoral; -----

Os membros das mesas de voto desempenham um papel crucial no dia das eleições, contribuindo significativamente para a realização do ato eleitoral e para a participação democrática dos cidadãos; -----

As Eleições Legislativas ocorreram no início de março, mas quase dois meses depois, os cidadãos que ajudaram a que o processo eleitoral se concretizasse ainda não receberam a gratificação que a lei prevê que seja atribuída aos membros das mesas de voto, e este não é o pior exemplo em termos de demora.

Algumas autarquias aguardam o pagamento de verba por parte da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), (que é o caso da nossa autarquia) o que quase sempre demora meses, e outras antecipam o pagamento para não deixar munícipes meses à espera. -----

É essencial assegurar que os membros das mesas de voto sejam remunerados de forma célere pelos serviços prestados nos atos eleitorais. Diria que até é um pouco desrespeitoso para quem despendeu todo o seu dia, ao serviço da democracia, ter de esperar meses pelo pagamento. -----

Realço, que tendo por base o mesmo número de secções de voto no concelho da Póvoa de Varzim nas eleições legislativas de março, o valor total a antecipar nas eleições europeias seria de apenas 16.266,25€, ou seja, a autarquia tem capacidade financeira para efetuar pagamento logo após o ato eleitoral e aguardar ser ressarcida «a posteriori» pela administração central. -----

Nós, Assembleia da União de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, recomendamos respeitosamente à Câmara Municipal da Póvoa de Varzim que: Antecipe o pagamento aos membros das mesas de voto nas eleições europeias e em eleições futuras, garantindo que os pagamentos sejam efetuados o mais breve possível após o ato eleitoral, não fazendo depender esse pagamento da efetiva receção da transferência do Sistema de Gestão e Monitorização dos Atos Eleitorais do Ministério da Administração Interna (SGMAI); -----

Portanto, solicitamos à Câmara Municipal que considere esta recomendação como uma medida crucial para valorizar e motivar os membros das mesas de voto, assegurando a sua implementação já nas eleições europeias.” -----

Em continuação do uso da Palavra, apresentou a MOÇÃO que se transcreve: “MOÇÃO DE SAUDAÇÃO ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador. -----

A 1 de Maio, assinala-se, em muitos lugares do mundo, o dia do trabalhador, mas também, numa Nação de matriz cristã como a nossa, a festa de São José Operário. -----

Nesta data, de modo muito particular, recordamos todos os trabalhadores. Todos, todos, todos. -----

Neste dia, pugnamos para que não falte trabalho a ninguém e que todos sejam pagos com justiça, beneficiando da dignidade do trabalho e da posterior beleza do descanso. -----

É o trabalho que torna o homem útil e com o trabalho o homem é criador, mas também é capaz de criar, de criar muitas coisas; até mesmo de criar uma família para seguir em frente e dar continuidade a esta história da Humanidade que temos o dever de perpetuar. -----

O homem é criador e cria com o trabalho. Esta é a vocação de toda a Humanidade: trabalhar, criar e cuidar. -----

Contudo, aqui chegados e perante esta evidência, vários estudos nos mostram que, apesar de trabalharem, os portugueses estão cada vez mais pobres. Mas há mais, uma boa parte das pessoas pobres não estão desempregadas: têm trabalho; porém, os seus salários são demasiado baixos para garantir uma vida digna. -----

Para nós, nesta data, pugnamos para que todos os trabalhadores possam ter salários que permitam superar a pobreza e promovam a realização integral de cada pessoa e de cada família. Que os salários que recebem muitos trabalhadores portugueses lhes permitam, a eles e às suas famílias, superar situações de pobreza enquanto privação de recursos necessários a uma vida condigna no contexto atual. -----

Isso verifica-se em grande número de trabalhadores que auferem o salário mínimo, sendo que o salário médio também não se distancia muito deste. Mudar esta realidade o mais rapidamente possível deverá ser um objetivo e um desígnio prioritário que mobilize as empresas, a sociedade civil e as autoridades políticas. Não é um ponto de chegada, seguramente, mas de caminho, que pretendemos que tenha efeitos práticos e com o contributo de todos. -----

Esta moção, proposta para aprovação no dia de hoje, não é apenas uma moção para preencher a agenda, mas esperamos que tenha repercussão pública junto de toda a comunidade. -----

Para nós, é essencial que trabalhadores, empresários e responsáveis pelas políticas públicas na área do trabalho cheguem a alguns consensos. As «lutas de classes» dos séculos passados, fruto de determinadas épocas, faz cada vez menos sentido no conturbado século XXI. Além domais, não se resolverão os problemas do mundo atual com as soluções que não funcionaram nos séculos XIX e XX. -----

Os livros mostram-no. -----

A História e a memória das nossas gentes revelam-no. -----

Posto isto, ao invés das «políticas do subsídio» reinante há vários anos, impõe-se criar políticas públicas que dignifiquem os ordenados e reduzam impostos de forma a valorizar o trabalho e incentivar as empresas a investir e aumentar salários, o que levará, a médio prazo, a um equilíbrio estrutural entre a capacidade económica das pessoas face à necessidade do mercado. -----

Assim propomos que a Assembleia da União de Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, hoje aqui reunida em sessão ordinária delibere: -----

Saudar todos aqueles que respeitam o dever do trabalho, pedir atenção para os mais desfavorecidos e reclamar pela dignidade e responsabilidade para com os trabalhadores.” -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a MOÇÃO apresentada pelo CHEGA em discussão, após a sua aceitação por unanimidade, e houve as seguintes intervenções: -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e disse que a situação é caricata se analisarmos o sentido de voto, e que a Moção merece aprovação porque concordam com o texto escrito. O CHEGA e a IL identificam-se e votam a favor e o PSD vota contra na saudação do BE. É recomendável que haja razoabilidade, bom senso e diálogo. O diagnóstico dos trabalhadores merece a sua concordância, mas há pontos em que não podem concordar. Sobre o mercado selvagem, a desigualdade dos salários, o problema da habitação, concordamos com isso, mas não com tudo, pelo que a bancada do PS se vai abster. -----

Ana Paula Valadas Nunes Correia, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e, comentando a observação do colega do PS, afirmou que a bancada do PSD vota favoravelmente nesta moção por concordar com o conteúdo integral do texto. A moção anterior entre outras coisas, até se referia à medida Contrato Emprego Inserção do IIEFP, como uma forma de exploração do trabalho.-----

A Presidente da Assembleia submeteu a MOÇÃO a votação e foi APROVADA por MAIORIA, com 13 votos a favor, do PSD, CHEGA e IL; e 5 abstenções, do PS, CDU e BE. -----

Joaquim Oliveira Carvalho, do PSD, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “Esta União de Freguesias tem, ao longo dos

últimos anos, assumido um papel muito importante na construção de uma rede de apoio social na Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. As informações trimestrais dão-nos um retrato de uma autarquia que, de forma dinâmica e atenta, ora age diretamente, ora apoia instituições locais e nacionais, ora atua em parceria com o Município para melhorar as condições de vida da população que tutela. ----- Funciona como uma rede de amparo, sincronizada com as necessidades conjunturais ou excepcionais, mas sempre disponível para ajudar quem precisa e ajudar quem ajuda. -----

São exemplos da sua ação direta na área da saúde: o programa *Mundo a Sorrir*, na área da saúde dentária, o *Gabinete de Psicologia*, na área da saúde mental, o *Gabinete de Apoio a Comportamentos de Risco*, na área das dependências, bem como o *Apoio ao Doente Oncológico* em parceria com a Liga Portuguesa contra o Cancro. -----

A União das Freguesias tem adaptado a sua oferta em função do aumento da população reformada e sénior, nas três freguesias, aumentando a oferta de atividades na Academia Sénior, criando palestras mensais “Envelhecer Melhor” e desenvolvendo oficinas semanais de artesanato e manualidades. Promove, assim, o envelhecimento ativo, retirando centenas de pessoas do isolamento e da solidão, contribuindo para a sua saúde mental e física. Com a mesma compreensão dos problemas locais, a Junta disponibiliza ainda vários serviços de apoio a pessoas infoexcluídas. O aumento exponencial do número de atendimentos, seja para renovação de currículos, apoio ao preenchimento de formulários para outras repartições públicas, apresentação anual de IRS ou mesmo o acesso a plataformas públicas vem comprovar que a Junta está alinhada com as necessidades dos seus fregueses. -----

Tenho ainda de realçar que, neste panorama de grande dificuldade financeira, este Executivo não deixou de continuar a apoiar financeiramente Instituições de Solidariedade Social que não são apenas da união das freguesias, mas que atuam em todo o concelho: é o caso do MAPADI, da BENEFICENTE, do Instituto MARIA DA PAZ VARZIM e INSTITUTO MADRE MATILDE. -----

Ainda, e sempre que é necessário, a Junta de Freguesia tem disponibilizado os seus meios de pessoal e financeiros para ajudar o Município. Seja com intervenções em habitações sociais, seja com o transporte de materiais. Tenho de referir, como grande exemplo desta colaboração, a transformação da Creche Hilda Miranda em Centro Covid, depois em Centro de Acolhimento a Refugiados Ucranianos e, mais recentemente, acolhendo duas pessoas desalojadas até que na semana passada foi possível o seu realojamento. -----

Temos uma Junta ativa, com números para mostrar, mas com um trabalho que se vê no dia a dia das pessoas, honrando o conceito de governo de proximidade”.

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: “Já são longos os dias em que esperamos ansiosamente para que possamos ver os primeiros alicerces daquela que foi a proposta por nós apresentada e por esta assembleia aprovada por unanimidade, a realização do concurso de arte urbana. -----

A espera já se faz longa e as nossas intervenções repetitivas, mas está na altura de agir e fazer acontecer. Temos noção que a gestão de um executivo não é tarefa fácil e, para que as ideias sejam bem implementadas é preciso recursos, que muitas vezes são escassos e dificultam a sua realização. -----

Naquele que é o verdadeiro espírito democrático, gostaríamos de propor a criação de uma comissão de trabalho, de forma a que esta ideia possa sair da

ata e saltar as ruas das nossas freguesias. Esta seria uma comissão gerida pelo executivo, composta pelas várias bancadas desta assembleia. Esta comissão seria uma ajuda na criação do regulamento, no contacto com parceiros, e colocar de facto, a arte urbana nas artérias poveiras, beirizenses e argivaenses. -----

Desta forma, a bancada do Partido Socialista propõe: -----

- A criação de uma comissão de trabalho para ajudar na realização do Concurso de Arte Urbana." -----

Ana Paula Valadas Nunes Correia, do PSD, fez declaração de voto, que a bancada será contra, pois o PSD está já a executar o trabalho previsto que em breve será visível. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a PROPOSTA apresentada pelo PS em aceitação e foi aceite por unanimidade. Colocada em votação, foi REPROVADA por MAIORIA, com 11 votos contra, do PSD; 5 votos a favor, do PS, CDU, e BE; e 2 abstenções, da IL e CHEGA. -----

Pedro Rui Fernandes Ortiga Carneiro, do PS, apresentou cumprimentos e apresentou a SUGESTÃO que se transcreve: "Numa das últimas intervenções que fiz abordei os princípios pelos quais uma boa administração se deve fazer pautar, designadamente, a economicidade, a celeridade e a eficiência que servem para delimitar a atuação do executivo. As necessidades de intervenção, que não estão contempladas na ELH. A relação de proximidade com os cidadãos não é de somenos importância. Ela é, sem sombra de dúvida, também um fator muito importante a ter em conta no modelo de gestão autárquica, especialmente ao nível das Juntas de Freguesia. Estas são, por inerência, o primeiro ponto de contacto que os cidadãos têm com a Administração Pública. É também, cada vez mais, ao nível da Junta de Freguesia que são discutidos os assuntos relacionados com a gestão dos espaços públicos e manutenção dos equipamentos nele existentes, seja por via da atribuição ou da transferência de competências. -----

Na década de 80 assistimos à proliferação de agrupamentos habitacionais urbanos, os chamados "bairros" que constituem, atualmente, o parque habitacional camarário, tendo alguns deles sido já alienados aos seus ocupantes. E quando falamos de "bairros comunitários" podemos estar a falar do Agrupamento habitacional Alberto Sampaio, o de Barreiros, o Soares da Costa, o da Incons e até mesmo o de Nova Sintra. -----

O que importa destacar, neste contexto, é o fator de inserção social. Objetivo que deve pautar a atuação da administração em prol da população aí residente. É questionável se se têm feito todos os esforços possíveis, no sentido de garantir a inserção social dessa população através de medidas de inclusão e de apoio. No entanto, nunca é tarde para reforçar essa ação que se entende ser necessária e premente. -----

Estes bairros urbanos, muitos deles inseridos em lugares periféricos da cidade, desenvolveram a sua própria identidade ou tiveram dificuldade em o fazer, enquanto outros, inseridos na cidade puderam aproveitar a identidade bairrista tradicional presente na cultura etnográfica poveira e usufruir das suas regalias festivas. -----

Para que as pessoas não se sintam segregadas, esquecidas e desmotivadas, é necessário conceber um planeamento estratégico de ação coordenada com os vários intervenientes disponíveis, de modo a realizar uma ação adequada e eficaz junto de quem mais precisa dela. Uma população desligada dos costumes e tradições locais, é uma população segregada, porquanto, discriminada.

Conduzida ao esquecimento, os seus espaços e equipamentos são alvo de vandalismo, aos quais a resposta passa por deixar de se fazer a devida manutenção. -----

A sua população, desta forma marginalizada, conhece tão bem a indigência como quem conhece o nome das pessoas com quem tem de partilhar a habitação e sentem-se sós. -----

Sentem-se sós, porque este poder local e tantos outros falharam nas respostas que lhes poderiam prestar. -----

Veja-se bem o exemplo do Bruno Alves, conterrâneo poveiro e ex-jogador da seleção nacional de futebol. Houve tempos em que pai e filho jogavam à bola no bairro "Xangai", num espaço público atrás da biblioteca, onde tinha um campo de futebol e outros equipamentos públicos. Agora, são ruínas. -----

Certamente que esse foi um fator muito importante que permitiu impulsionar o sonho de uma criança a se tornar jogador de futebol profissional e que profissional ele se tornou! -----

Onde está a resposta que falta dar a estes jovens? Onde está representada a faixa etária dos 14-21? -----

Podemos fazer mais por potenciar estes espaços e podemos fazer mais pelos sonhos destes jovens. A necessidade de ter uma postura proativa e interventiva é o ponto chave desta intervenção. À semelhança do que acontece no torneio do Ovo da Páscoa, podem ser realizados novos projetos e/ou atividades nestes locais. -----

Como? Através da articulação com as associações no desenvolvimento de projetos comunitários é possível ter uma ação estratégica e eficaz. Nesse sentido, deve ser feito um planeamento estratégico de como fazer para garantir condições de inserção e igualdade a estes nossos concidadãos. -----

O Partido Socialista sugere olhar para a questão da potencialização e valorização dos espaços públicos e equipamentos inseridos nestes bairros e desenvolver atividades, como por exemplo, algo semelhante ao torneio Ovo de Páscoa que é já um ex-libris, e, conseqüentemente, criar melhores condições para fazer face às necessidades particulares de cada agrupamento habitacional. Por isso, nós recomendamos que seja desenvolvido um plano estratégico, onde estejam contempladas atividades lúdicas de espetáculo cultural, de entretenimento, de desporto, etc, por forma a potenciar a inclusão e o desenvolvimento social dos "bairros comunitários". -----

Diana Isabel Almeida Carvalho, do PS, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Desde a última Assembleia de Freguesias, o país assistiu às eleições legislativas, cujo desfecho culminou numa mudança de governo. Esta transição política tem uma relevância particular para as uniões de freguesia como a nossa, que há tanto tempo aguardam o desenrolar do processo de desagregação, uma causa pela qual lutamos desde o primeiro momento. --- É inegável que tanto o PS como o PSD detêm o poder para concretizar este processo, no entanto, é evidente a falta de urgência por parte destes partidos em atender a esta necessidade premente. Reconhecemos o mérito da legislação que permitiu reverter erros históricos, como a agregação de Beiriz e Argivai. No entanto, permanece uma incerteza quanto à restauração dos direitos políticos destas freguesias e à efetivação da desagregação. -----

Neste sentido, é imperativo questionar o Sr. Presidente de Junta sobre o estado atual do processo de desagregação. Houve algum contacto recente que nos permita compreender a evolução cronológica deste processo? Qual é a



estimativa para a sua conclusão? E, sobretudo, será que o governo liderado pelo PSD está comprometido com esta questão, tendo em conta que foi sob a sua governação que Beiriz e Argivai foram agregadas? -----

É crucial termos clareza quanto ao estado deste processo. Será possível devolver a Argivai e Beiriz aos seus Presidentes de Junta em 2025? Caso o PSD não avance nesta matéria, e tendo o Presidente Ricardo Silva estado presente na campanha da AD, será que assumirá esta luta que conquistou unanimidade nesta Assembleia, garantindo que não veremos a destruição do progresso alcançado nos últimos anos? Do lado do PS, demonstrámos sempre, sem hesitação, o nosso compromisso com a Póvoa de Varzim, mesmo quando isso implicou discordar do nosso próprio partido. Agora, esperamos o mesmo empenho de todos os eleitos locais do PSD. -----

O tempo é um recurso escasso, e não podemos permitir que esta questão vital para as nossas freguesias permaneça sem solução. É tempo de agir com determinação e assegurar que os direitos dos nossos fregueses sejam restaurados.” -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, apresentou cumprimentos, e informou que discorda totalmente de tudo o que foi dito. A lei não foi feita para resolver o problema das Uniões de Freguesias, muito pelo contrário. Só depois de várias sugestões e moções da ANAFRE sempre que foram apresentados projetos-lei, levou a que se incluísse o artigo na Lei referente ao processo extraordinário de reversão das freguesias. Ou seja, estamos condicionados a um processo que nos permitiu num curto espaço de tempo fazer prova de um erro manifesto com prejuízo para as populações, que se a Assembleia da República não considerar justificado a reversão não avança. Por isso, não reconheço mérito nesta Lei, pelo contrário. Mais ainda, se não conseguirmos ver a reversão concluída nesta janela extraordinária da Lei, dificilmente conseguiremos candidatar-nos ao processo de desagregação, já que este obriga a que as freguesias a desagregar tenham 30% do orçamento total da União, situação que não acontece nem com a Freguesia de Beiriz, nem com a Freguesia de Argivai. Como se a viabilidade económica da freguesia pudesse ser avaliada em termos de percentagem do valor total duma União, esquecendo que até à União as freguesias já existiam e que o orçamento delas depende da Lei e do ratio entre o território e a população. Estamos numa situação de oportunidade única num processo defeituoso, absurdo e pouco honesto, que faz depender a decisão final da análise da Assembleia da República sobre questões subjetivas. Sendo que a decisão da Assembleia da República pode até ser oposta à vontade expressa pelas Assembleias Municipais e de Freguesia. No entanto, disse que foi eleito neste mandato para ser Presidente das 3 freguesias - Póvoa, Beiriz e Argivai – e é isso que fará até ao final deste mandato. Em conclusão, referiu que a decisão está do lado da Assembleia da República e que da parte desta Assembleia de Freguesia e deste Executivo, pensa que não há nada a fazer a não ser aguardar.

Ana Paula Valadas Nunes Correia, do PSD, no uso da palavra, propôs que seja enviada uma moção à Assembleia da República para questionar em que ponto está o processo, para o que solicitou autorização à Assembleia. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, colocou a PROPOSTA apresentado pelo PSD em aceitação e foi aceite por unanimidade. Colocada em votação, foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

José Pedro da Silva Carvalho, do IL, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Citação da ata n.º 7 de 27 de dezembro de 2022, intervenção do meu colega Filipe Silva: "Verificamos pela informação prestada pelo Executivo que existe a promessa por parte do município da cedência de um local para a centralização do atendimento que hoje é realizado em diferentes locais, gostaríamos de saber quando está prevista a cedência do espaço pelo município, se foi celebrado algum protocolo, se foi apenas apalavrado, se vai ser necessário a junta fazer alguma intervenção no espaço? A Iniciativa Liberal gostaria de saber o ponto de situação nesta questão". Fim de citação. -----

Considerando o tempo que decorreu desde a Assembleia citada até ao dia de hoje, qual é o ponto de situação? -----

Um dos papéis da Junta de Freguesia é o apoio aos fregueses, instituições de cariz social, coletividades que fazem parte desta União de freguesias, neste ponto penso estarmos todos de acordo. -----

A Junta gere dinheiro que foi retirado via impostos dos seus fregueses, esse dinheiro deve ser gerido de forma responsável e transparente, na nossa conceção o Estado deve intervir em situações em que a sociedade civil não o consegue fazer. -----

Da leitura atenta das atas das reuniões do Executivo, gostaríamos de questionar o Sr. Presidente sobre algumas decisões tomadas. -----

Temos o Executivo a oferecer chocolates, passam por alguma carência que lhes impeça de pagarem/oferecerem pelos seus próprios meios os chocolates? -----

Apoios/Subsídios vários para várias coletividades, sem uma linha orientadora de qual a fórmula utilizada para cálculo do valor a atribuir. Sim, porque eu já li o *Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo*, que consta no site <https://www.povoabeirizargivai.pt/index.php/servicosadministrativos/#Regulamentos> e nele não consta nenhuma fórmula ou critério que possa ser mensurável.- Tomemos como exemplo a área do desporto na sua alínea b) Resultados obtidos nos projetos e/ou ações anteriores; Quais os resultados? Como medimos ou avaliamos esses resultados? -----

Temos ainda apoios/subsídios para coletividades fazerem viagens para fora do país? -----

Não seria melhor utilizado o dinheiro em apoiar outras associações que não foram contempladas pelo município e fazem trabalho de igual valor em prol da sociedade poveira? Este é apenas um exemplo de vários, que vamos assistindo ao longo dos anos. -----

José Ricardo Santos Baptista da Silva, Presidente da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, deu as boas vindas ao novo elemento da Assembleia, e informou que a resposta é a mesma já dada anteriormente e que ainda não percebeu se a IL é contra os apoios a algumas associações ou contra todos os apoios? Lembra que o Executivo resulta do resultado eleitoral das últimas eleições, daí ter a capacidade de decidir em termos de apoios. Lembrou ainda que o Regulamento de apoio a associações foi apresentado e aprovado pela Assembleia de Freguesia. -----

Octávio Arlindo Rodrigues da Mata, do PSD, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "O 25 de abril vem estabelecer uma nova ordem das coisas, num país mergulhado numa ditadura que tinha durado meio século. Um dos alicerces desse admirável mundo novo, a construir, é o poder local. ---- Os fundadores da nossa Constituição e do Estado Democrático perceberam desde logo que tinham de lavrar para semear e só depois colher. -----



Ou seja, não era possível apenas quebrar os grilhões que prendiam Portugal. Era preciso que o país percebesse que as portas estavam abertas, que o poder não caíra na rua como muitos diziam, mas tinha voltado às mãos da sua fonte e fim último: o povo. Mas não havia apenas gente em Lisboa e no Porto. O 25 de Abril estoura num Portugal tolhido, quebrado. Vergado sobre o peso da miséria, do trabalho infantil, da mortalidade infantil nos 30%, dum analfabetismo estrutural nas classes mais pobres e especialmente nas mulheres. O sopro da liberdade não chegava aos pulmões do Portugal profundo, e as autarquias locais assumem simultaneamente o papel de artífice das novas eleições livres e garante da eficácia dum Estado que estava a nascer e ainda não possuía as faculdades institucionais e organizacionais para abranger todo o país. -----

Relembro que a Constituição de 1976 era, à data, das mais evoluídas a nível mundial e estabelece em Portugal o Estado de Direito. As Liberdades e garantias elencadas, ainda hoje não cumpridas na sua plenitude, eram a antítese do estado real do país. Em 74, o país estava atrasado em relação à Europa, ao resto do mundo e até em relação às suas próprias colónias. A título de exemplo: o nível de analfabetismo nos censos dos anos 70 em Portugal era semelhante ao da Itália nos anos 20. -----

É a descentralização do Estado, com a atribuição de novas competências ao poder local, que permite atuar diretamente e com conhecimento de causa, de modo a resolver os problemas básicos e prementes da população. O aparelho torna-se mais eficaz, evolui e tem ao longo dos anos sofrido muitos reveses no que diz respeito à descentralização, desconcentração e deslocalização do Estado. No entanto, os estudos estatísticos continuam a dar resultados muito consistentes de confiança da população nos seus representantes autárquicos, por oposição ao Estado Central. Há aqui uma mensagem clara e um caminho a seguir, que urge reconhecer e implementar. Mas o 25 de Abril 50 anos depois é isto: incompleto, inacabado, muitas vezes ineficaz. Mas o regime democrático instalado naquele “dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio”, trouxe-nos a LIBERDADE. -----

E nos sulcos profundos da LIBERDADE germina a semente da ESPERANÇA.” - **José Armando de Eça Guimarães de Oliveira Félix, do PSD**, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “Valorizando sempre a equidade entre as três freguesias, como é apanágio da nossa União de Freguesias, realizou-se recentemente a Inauguração da Casa da Cultura Amadeu Matias e comemorou-se com poupa e circunstância o Dia de Argivai, que no dia 26 de março de 2024 festejou o seu aniversário. -----

Este Dia de Argivai foi ainda assinalado com a inauguração de um monumento, que evoca o primeiro poema escrito em Língua Portuguesa. Como referiu o nosso Presidente, e citando-o: “Aqui Nasceu a Poesia em Portugal”. Segundo Carolina Michaelis, a “Cantiga da Ribeirinha”, uma cantiga de amigo medieval, da autoria de Paio Soares de Taveiros, dedicada a Maria Pais Ribeiro, é o primeiro poema galaico-português. -----

Realizou-se também uma merecida homenagem a três sacerdotes: Padres Marcelino Ferreira, Paulo Terroso e Rúben Cruz. Terminando o dia com a tertúlia “Argivai, Terra Mãe”. -----

De reiterar, ainda, as ações contínuas da Escola das Tradições Poveiras, efetuadas pela nossa Junta de Freguesia nas escolas primárias da cidade, difundindo o conhecimento da história das freguesias de Argivai e Beiriz. São

exemplo disso a história da Favorita de D. Sancho, Maria Pais Ribeiro, e dos Erguinhas de Beiriz. -----

Fica assim amplamente demonstrada a preocupação deste Executivo em equilibrar a importância dada a cada uma das três freguesias." -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, agradeceu a intervenção de todos os membros e deu por terminado o Período antes da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

PONTO TRÊS - Apreciação e votação da Ata da Sessão Ordinária de 12.12.2023. -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, informou que não foi solicitado nenhum pedido de correção ao documento e submeteu a Ata a votação. Lembrou que os membros que não estiveram presentes na respetiva sessão não participam na votação, neste caso, Pedro Ortiga e Diana Carvalho, do PS, e José Carvalho, da IL, dando-se assim cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo. A ata foi APROVADA por UNANIMIDADE. -----

PONTO QUATRO - Apreciação da informação do Presidente da Junta acerca da atividade desta e da situação financeira da União das Freguesias, de acordo com o art.º 9.º, n.º 2, alínea e) da Lei n.º 75/2013. -----

A Presidente da Assembleia abriu as inscrições para as intervenções sobre este assunto: -----

José Pedro da Silva Carvalho, da IL, fez a intervenção que se transcreve: "Citação da ata n.º 10 de 12 de dezembro de 2023, intervenção do meu colega Filipe Silva: "Concluimos informando que é lamentável constatar que a busca por informações em documentos oficiais se tornou uma tarefa árdua, muitos dos documentos cruciais apresentam as suas páginas como imagens estáticas, impossibilitando qualquer pesquisa eficiente. No entanto, um raio de esperança surge com o documento de Informação do Presidente de julho de 2023, disponibilizando em formato PDF e pesquisável. Isto deixa claro que, aparentemente, não há vontade por parte do executivo de simplificar o acesso dos cidadãos à informação. A relutância em fornecer documentos pesquisáveis parece ser uma estratégia deliberada para dissuadir os cidadãos de exercerem o seu direito de acesso à informação. Requeremos veementemente por uma maior transparência e um compromisso com a participação cívica." Fim de citação. -----

Devo acrescentar que o raio de esperança voltou a surgir com o documento de Síntese de Desempenho Orçamental, sendo este o único documento pesquisável em todos os documentos fornecidos para esta Assembleia, assim questiono o sr. Presidente se instruiu o seu Executivo para disponibilizar os documentos em formato pesquisável, ou tratou-se de um lapso, como quero acreditar que tenha sido, que será corrigido já na disponibilização de documentos da próxima Assembleia?" -----

PONTO CINCO - Apreciação e votação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2023. -----

Miguel Ângelo Marques Nascimento, do PS, no uso da palavra, afirmou que o Relatório de Contas não é para fazer política e não faz avaliação política do mesmo. Se o documento não levanta nenhuma preocupação e se não falta à verdade, o voto só pode ser favorável. Saudamos que a Gestão da Junta esteja mais em consonância com o que achamos correto. -----



Pedro Miguel Faria de Andrade, da CDU, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: "Voltamos ao mesmo. Se tivermos de classificar este mandato, tal como nos anos anteriores de 2020, 2021 e 2022, também em 2023 o povo da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai se vê confrontado com uma Receita Global (ou seja, a Receita Total que é cobrada) na ordem do milhão de euros, menos até. Já o dissemos e voltamos ao mesmo: é pouco. Em bom rigor, estamos a falar de um valor de quase 992 mil euros em 2023, contra 960 mil euros em 2022, um milhão de euros em 2021 e uns 945 mil euros em 2020. -----

Voltamos, portanto, ao mesmo. Não podemos deixar de continuar a sublinhar, pela quarta vez consecutiva, o baixo valor dos meios financeiros de que dispõe a nossa União das Freguesias. Baixo valor, repita-se mais uma vez, face à dimensão de uma instituição que no conjunto das três freguesias engloba metade da população do concelho (mais de 30 mil habitantes) e que inclui a cidade da Póvoa. -----

A CDU já manifestou discordar frontalmente desta opção política do PSD local que não dá meios e não confia nos autarcas eleitos pelos poveiros nas freguesias. Pelo menos, mais uma vez, é o que parece, do ponto de vista político. Voltamos assim ao mesmo. Como é que é possível que as transferências correntes do município voltem a ser apenas de 70.452 mil euros, várias vezes inferiores às verbas que são atribuídas a algumas coletividades do concelho. Já no ano passado e no anterior, a CDU criticou esta opção e a vontade política do PSD mantém-se. -----

Se nas transferências correntes do município temos um valor outra vez quase residual, nas transferências de capital, cerca de 229 mil euros, pouco mais longe se vai. Ou seja, voltamos ao mesmo. Para além da obra de arranjo de uma rua e requalificação da Casa da Cultura de Beiriz, investimentos que a CDU elogia, os restantes esforços financeiros são de muita reduzida expressão. Não dá para mais, digo que é pouco, muito pouco. -----

Exmas Senhoras e Exmos Senhores: -----
Mesmo sabendo da natureza mais contabilística deste documento, a CDU não pode deixar de manifestar que o acréscimo de aproximadamente 20 mil euros nas despesas de pessoal em relação a 2022, apesar de se tratar de um crescimento de despesa, nos parece positivo pois é reflexo de medidas justas. Infelizmente é aquém do desejável. -----

Para finalizar esta intervenção, estas contas são as contas da política autárquica do PSD para as freguesias poveiras, com opções nas quais não nos revemos. Pelo exposto e com todo o sentido da responsabilidade, a CDU abstém-se neste Relatório de Gestão e Contas relativo ao ano de 2023. No fundo, em análise ao desempenho orçamental, trata-se de novo de um cartão amarelo. -----

Exmas Senhoras e Exmos Senhores: -----
Voltamos ao mesmo. -----

José Pedro da Silva Carvalho, da IL, fez a intervenção que se transcreve: "Abstenção, com a seguinte declaração: Mencionar também a qualidade do documento, sobretudo a Prestação de Contas de 2023, que contém informação quase ilegível face à formatação escolhida, dificultando a identificação de quais os indicadores orçamentais e seus valores, em que o quadro com o fundo cinzento e informação a branco mais se assemelha ao teste de daltonismo de Ishihara. -----

De relevar ainda que no ponto D2 - Aquisição de bens e serviços, respetivamente na rubrica 0201210000 Outros bens - no valor aproximado de setenta mil euros, considerando nós, esta uma quantia elevada e que a bem da transparência, deveria ter um grau de discriminação maior, para que tenhamos noção do que se trata.” -----

Miguel Ângelo Oliveira Marques, do PSD, no uso da palavra, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “Começo a minha intervenção por referir que o documento que estamos a analisar e que vamos votar, é meramente um documento técnico e como tal comprova a veracidade das contas visto ser feito por uma empresa independente e corresponde ao normativo contabilístico em vigor. -----

Relativamente a propostas que possam ser feitas ou que os colegas deputados de outros partidos possam desejar que sejam feitas, não é o momento para o fazerem, visto que não é o plano de atividades e orçamento que estamos a analisar. -----

Da análise ao documento que será proposto a votação a bancada do PSD destaca os seguintes pontos: -----

Um elevado grau de execução orçamental quer do lado da despesa como também da receita, o que significa uma gestão rigorosa do executivo desta união de freguesias. Realçamos que do lado da despesa temos um fator que tem vindo a destacar-se ultimamente que são os aumentos salariais que tem vindo a ser propostos pelos executivos governativos, dado o aumento da inflação nos últimos 2 anos. -----

Destaco também um saldo final de gerência para este ano de 7 mil euros, que transita para o restante deste ano. Esta posição é positiva, visto que, existe um controlo por parte do executivo que permite dar continuidade aos projetos que tem vindo a ser executados ao longo dos anos. -----

Este relatório demonstra também o excelente grau de execução do orçamento por parte do Executivo a rondar os 90%, não obstante os apoios de caráter social, cultural e desportivo, que esta união de freguesias disponibiliza às instituições da cidade para a realização das suas atividades. -----

Estas questões demonstram o conforto financeiro que esta união de freguesias tem, e que as políticas económicas e financeiras que tem vindo a ser seguidas são as mais aconselhadas para quem gere e representa uma instituição como são as Uniões de freguesias. Deste modo, a bancada do PSD votará favoravelmente o documento.” -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, submeteu o documento a votação e foi APROVADO POR MAIORIA, com 16 votos a favor, do PSD, PS e CHEGA; 2 abstenções, da IL e CDU; e o voto contra do BE. -----

PONTO SEIS - Apreciação do Inventário de bens da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai. -----

José Pedro da Silva Carvalho, da IL, apresentou cumprimentos e fez a intervenção que se transcreve: “Relevar ainda que no código 43.0.2.9 - Outros - no valor superior a cem mil euros, considerando nós, esta uma quantia elevada e que a bem da transparência, deveria ter um grau de discriminação maior, para que tenhamos noção do que se trata. Tal solicitação já havia sido feita no passado.” -----

PONTO SETE - Apreciação e votação de proposta de Regulamento da Feira do Produto Local e Artesanal. -----

Ana Paula Valadas Nunes Correia, do PSD, apresentou cumprimentos e, no uso da palavra, fez a intervenção que se transcreve: “É com imenso agrado que verificamos que o Executivo desta Junta de Freguesia continua a cumprir com o seu programa eleitoral, executando e tornando realidade as propostas que os poveiros preferiram, escolheram e elegeram. -----

Assim tem sido ao longo do mandato e assim continua! -----
Desta feita, em breve estará a ser anunciada a primeira Feira do Produto Local e Artesanal da Póvoa de Varzim. -----

A riqueza da nossa Póvoa está também no seu artesanato e nos seus produtos locais, que importa promover e desenvolver. A Junta de Freguesia não se limita a reconhecer o seu valor e a procura do mercado! Apoia e dinamiza, criando condições para a mostra do que melhor se produz e faz na Póvoa e ainda, fomentando o crescimento da economia local. -----

Além disso, a Praça Luís de Camões passará a ter ainda mais vida! Serão duas as Feiras mensais nesta zona da cidade, por vezes “adormecida”. A Feira de Velharias no primeiro domingo e a Feira do Produto Local e Artesanal no último, de cada mês. -----

Esta iniciativa, para além de divulgar e promover os produtos locais, impulsionar e desenvolver a economia local, dinamiza a cidade tanto para os que cá vivem, como para quem nos visita, que terá agora, ainda mais um excelente motivo! ---
É, portanto, essencial reconhecer e parabenizar o rigor e a qualidade do trabalho continuamente executado por esta União de Freguesias, em prol da evolução da nossa terra e da nossa gente! Muito obrigada a todos! Boa noite.” -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, submeteu o documento a votação e foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

PONTO OITO - Apreciação e votação de proposta de Adenda ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas para 2024. -----

A Presidente da Assembleia abriu inscrições para o debate, mas ninguém quis intervir: -----

Sandra Maria Araújo de Amorim, Presidente da Assembleia, submeteu o documento a votação e foi APROVADO POR UNANIMIDADE. -----

A Assembleia **DELIBEROU**, por UNANIMIDADE, APROVAR EM MINUTA, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), para produzir efeitos imediatos, o texto da deliberação tomada no-----

Ponto SETE da Ordem do Dia: Apreciação e votação de proposta de REGULAMENTO DA FEIRA DO PRODUTO LOCAL E ARTESANAL. -----
e no -----

Ponto OITO da Ordem do Dia: Apreciação e votação de ADENDA ao Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Licenças a cobrar e não cobradas para 2024. -----

A Presidente da Assembleia agradeceu todas as intervenções dos Membros da Assembleia e os esclarecimentos prestados pelo sr. Presidente da Junta e terminou os assuntos da “Ordem do Dia”. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Período para intervenção do Público, com tempo limitado, desde que previamente inscrito, através dos Membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia solicitou inscrições para as intervenções por parte do público e ninguém esteve interessado em intervir. -----

E nada mais havendo a tratar, concluídos todos os pontos da Ordem de Trabalhos, a Presidente da Assembleia agradeceu a presença dos Membros da Assembleia, do Executivo e do Público, desejou boa noite a todos e declarou encerrada a sessão da Assembleia pelas vinte e duas horas e trinta minutos. --- De tudo para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia da União das Freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, Sandra Maria Araújo de Amorim, e por mim, Marilde Marisa Moreira Marques Moita da Silva que a redigi. -----

A Presidente 

A Funcionária 